

ATA DA 456ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ (AMMVI), REALIZADA NO DIA CATORZE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZESSETE, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC.

Aos catorze dias do mês de setembro de dois mil e dezessete, às quinze horas, no Auditório Lino Grützmacher, na AMMVI, em Blumenau /SC, realizou-se a quadringentésima quinquagésima sexta Assembleia Geral Ordinária da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI), presidida pelo presidente da entidade e prefeito de Botuverá, senhor José Luiz Colombi e secretariada por mim, Michele Prada. A assembleia contou com a presença do senhor José Gerson Gonçalves, prefeito do município de Apiúna; senhor Lairton Antônio Possamai, prefeito do município de Acurra; senhor Jean Michel Grundmann, prefeito do município de Benedito Novo; senhora Helenice Glorinha Machado Luchetta, diretora geral da prefeitura, representando o senhor Napoleão Bernardes Neto, prefeito do município de Blumenau; senhor José Luiz Colombi, prefeito do município de Botuverá; senhor José Ari Vequi, vice-prefeito do município de Brusque; senhora Simoni Mercia Mesch Nones, prefeita do município de Doutor Pedrinho; senhor Kleber Edson Wan-Dall, prefeito do município de Gaspar; senhor André Luiz Moser, prefeito do município de Indaial; senhor Zelir Nezi, vice-prefeito do município de Indaial; senhor Êrcio Kriek, prefeito do município de Pomerode; senhor Marildo Domingos Felippi, prefeito do município de Rio dos Cedros; senhor Paulo Roberto Weiss, prefeito do município de Timbó; senhor Jorge Augusto Krüger, prefeito do município de Timbó; senhor José Rafael Corrêa, secretário executivo da AMMVI, além de demais interessados, conforme registro de presença. Declarando aberta a assembleia, o presidente agradeceu a presença de todos e, constatando quórum estatutário, deu início à reunião. Inicialmente, o presidente determinou a leitura da Ordem do Dia, assim composta: 1 - Leitura e votação da ata da assembleia anterior; 2 – Caixa Econômica Federal; 3 – Região Metropolitana; 4 – Assuntos gerais. Na sequência, o presidente apresentou o item um, confirmando o recebimento antecipado da ata pelos prefeitos, que foi encaminhada para deliberação por correio eletrônico e, não havendo manifestação em contrário, o documento foi aprovado por unanimidade. Em prosseguimento, passou-se para o segundo item da ordem do dia – apresentação da Caixa Econômica Federal. Neste, o presidente convidou para tomar assento a senhora Marina Aguilera, gerente regional na Superintendência da Caixa Econômica Federal Vale do Itajaí; o senhor Rafael de Oliveira Steil, coordenador na Caixa; o senhor Odirlei Sudatti, gerente na Caixa; o senhor Alexandre de Araújo Chimello, coordenador na Caixa. O presidente lembrou os prefeitos que há anos a AMMVI vem ampliando a parceria com a Caixa, como também que já manifestou pleitos pelo aumento da agilidade dos processos em análise no banco e a pela manutenção da Gerência Executiva de Governo (Gigov) em Blumenau. A senhora Marina Aguilera ressaltou que está no segmento de governos há longa data e no Vale do Itajaí tem encontrado profissionalismo nas prefeituras. Conforme ela, a Caixa busca auxiliar os municípios na concretização dos projetos com o menor entrave burocrático, porém, ressaltou que muitos processos não dependem deste agente financeiro, mas cabe a este a responsabilidade da conformidade para com os ministérios vinculados aos projetos e, para agir com proatividade, tem-se feito um trabalho de aproximação com os órgãos públicos municipais. Em seguida, o senhor Odirlei Sudatti se colocou à disposição para dirimir as dúvidas dos prefeitos e ressaltou que a parceria entre os entes é fundamental para dar celeridade aos projetos. O prefeito Êrcio Kriek falou que a tabela Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi) infelizmente traz prejuízo aos municípios. Para ele, a tabela deveria funcionar como um teto máximo dos valores dos materiais praticados pelo mercado, porém acaba servindo como referência para os processos licitatórios, aumentando significativamente os valores. O prefeito José Gerson Gonçalves disse que a diferença entre os orçamentos que utilizam a tabela Sinapi como referência e os demais cujo pagamento não será pela Caixa chega a 40%. Na sua origem, a tabela Sinapi deveria servir somente como referência interna da Caixa, para que o órgão pudesse comparar os valores constantes nos processos dos municípios com a prática de mercado. No

49 entanto, em certa ocasião, um auditor determinou que em todos os contratos que envolvem recursos
50 do governo federal seja tomada a Sinapi como tabela de referência de teto. O senhor Rafael de
51 Oliveira Steil complementou que a exigência da Sinapi em contratos do OGU entrou em dois mil e
52 três na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do governo federal. Já em dois mil e treze, a União
53 publicou o Decreto nº 7983/2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de
54 obras e serviços de engenharia contratados e executados com recursos dos orçamentos da União e dá
55 outras providências. Atualmente, é este decreto que rege a adoção do Sinapi em obras com recursos
56 do OGU. No capítulo dois deste decreto, que aborda a elaboração do orçamento de referência, o artigo
57 terceiro trata que o custo global de referência de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços e
58 obras de infraestrutura de transporte, será obtido a partir das composições dos custos unitários
59 previstas no projeto que integra o edital de licitação, menores ou iguais à mediana de seus
60 correspondentes nos custos unitários de referência do Sinapi, excetuados os itens caracterizados como
61 montagem industrial ou que não possam ser considerados como de construção civil. Diante disso,
62 conclui-se que o Sinapi deve ser usado como um limitador máximo e não como sendo o valor a ser
63 adotado. Se o mercado local permite a adoção de valores abaixo da tabela, não tem problema, porém
64 é necessário que o orçamentista apresente a justificativa daquele valor, exigindo, no mínimo, três
65 cotações. O senhor Rafael de Oliveira Steil sugeriu que, quando os prefeitos verificarem que o
66 orçamento está muito além, pode-se fazer a revisão e a justificativa dos valores, cotando os preços no
67 mercado local somente de determinados produtos/serviços em que se observa a diferença significativa
68 de valores. Isso não causaria aumento no tempo de elaboração do orçamento e também poderia dirimir
69 os custos da obra. A prefeita Simoni Mercia Mesch Nones propôs que a AMMVI e/ou Caixa elaborem
70 um roteiro com as orientações sobre os processos de contratação de obras de engenharia, auxiliando
71 os prefeitos a entenderem as alternativas e a cobrarem medidas do corpo técnico das prefeituras e das
72 empresas vencedoras dos processos licitatórios. Para a senhora Marina Aguilera, o cenário atual está
73 melhorando e se observa que as empresas que antes não participavam de licitações, hoje estão
74 procurando por este tipo de serviço, e o Vale do Itajaí tem condição de estruturar este caso e aprimorar
75 o trabalho pela mudança de práticas rotineiras. O senhor Odirlei Sudatti ressaltou que, de acordo com
76 a Portaria Interministerial nº 424, os projetos de até R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais)
77 não serão permitidas a reprogramação, ou seja, não poderá ter erro de projeto, senão qualquer
78 solicitação de alteração é o Município que deverá arcar com o custo. Como deliberação a este assunto,
79 o secretário executivo da AMMVI frisou a elaboração do documento que contenha as orientações a
80 respeito da tabela Sinapi; a promoção de um evento de aperfeiçoamento aos prefeitos e técnicos
81 municipais, com a parceria da Caixa; como também articular junto aos parlamentares a necessidade
82 de alterar as diretrizes do decreto federal, flexibilizando a quantidade de orçamentos. Dando
83 prosseguimento, a senhora Marina Aguilera, falou aos prefeitos sobre o Programa Avançar Cidades,
84 que vai emprestar recursos federais aos municípios para investimento em obras de mobilidade urbana
85 e saneamento básico. O programa vai disponibilizar cerca de R\$ 6.000.000.000,00 (seis bilhões de
86 reais) às prefeituras para o financiamento de ações como pavimentação e calçamento de vias,
87 abastecimento de água e construção de ciclovias. Os créditos serão disponibilizados a juros de 6% ao
88 ano, tendo quatro anos de carência e, a partir desse prazo, vinte anos de financiamento. Os recursos
89 são do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e não há critérios específicos para a
90 candidatura das cidades, que poderão ser de menor porte até as metrópoles, porém a cada faixa de
91 população será destinada uma cota de financiamento. A gerente regional disse que a Caixa já está
92 com projetos das prefeituras para o programa e em Santa Catarina são três agentes financeiros que
93 aceitam os projetos. Após, ela falou sobre a linha de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento
94 (Finisa), voltada para o setor público e privado, para investimentos em infraestrutura no país. O
95 crédito será destinado aos projetos de saneamento, energia, transporte e logística. Nesta linha, há
96 recursos voltados aos municípios que são financiados pelo próprio banco. Por enquanto, há um

97 limitador de valor mínimo, de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), porém, a Caixa está
98 avaliando opções de disponibilizar valores menores. Segundo a gerente, o Finisa pode ser utilizado
99 para compor necessidades das prefeituras para obras do Programa Avançar Cidades como, por
100 exemplo, desapropriações. O Finisa não pode ser utilizado para despesas correntes, reformas e
101 compra de veículos. A taxa de juros é analisada conforme o relacionamento da prefeitura com a Caixa, o
102 prazo total do financiamento é de dez anos, a carência de dois anos e a amortização de oito anos. A
103 senhora Marina Aguilera falou aos prefeitos que o Programa de Modernização da Administração
104 Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos (Pmat) ainda está em andamento e se algum
105 prefeito precisar de esclarecimento, pode procurar a Caixa. Segundo ela, o Pmat é um programa do
106 Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) destinado a apoiar projetos de
107 investimentos voltados à melhoria da eficiência, qualidade e transparência da gestão pública, visando
108 à modernização da administração tributária e qualificação do gasto público nos municípios.
109 Prosseguindo para o terceiro assunto – região metropolitana – o secretário executivo informou que
110 houve uma reunião dos prefeitos com o deputado estadual Jean Kuhlmann, no dia primeiro de
111 setembro, em que foi novamente colocada o assunto em discussão. Após a reunião, foi proposta a
112 criação de um grupo de estudo sobre a região metropolitana, em que participariam outras instituições
113 como, por exemplo, o doutorado em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de
114 Blumenau (Furb). Os prefeitos estão receosos com a implantação da região metropolitana, uma vez
115 que a experiência de Florianópolis não está sendo bem-sucedida e não compreendem a necessidade
116 de mais um órgão na região. O prefeito Ércio Kriek ponderou se é válido o investimento de tempo
117 em uma discussão que os prefeitos já têm o posicionamento firmado e, por isso, não vale a pena
118 avançar. O prefeito sugeriu que a AMMVI faça um documento único apresentando, de forma geral,
119 a decisão dos prefeitos conforme deliberado em assembleia geral ordinária. O prefeito Kleber Edson
120 Wan-Dall partilha da mesma proposição, assim como os prefeitos de Blumenau, Indaial e Timbó,
121 cujos municípios estariam no núcleo da região metropolitana. Os demais prefeitos também se
122 manifestaram a favor do documento, o qual vai denotar a unidade da região em torno de uma causa.
123 A AMMVI vai elaborar o documento e colocar em aprovação dos prefeitos para posterior coleta das
124 assinaturas, pois o momento não é oportuno para a instalação de mais um órgão na região, até mesmo
125 pela situação financeira que o Estado tem enfrentado e a região já atua de forma integrada há longa
126 data. Na sequência, no quarto tema da ordem do dia – assuntos gerais – a senhorita Simone Gomes,
127 assessora de Saneamento e Meio Ambiente da AMMVI, falou sobre o diagnóstico socioambiental. O
128 estudo que vem sendo elaborado para a regularização ambiental nos municípios será finalizado no
129 início de novembro para Indaial e Rio dos Cedros, pois eram pilotos na elaboração deste estudo e
130 também para Apiúna e Gaspar, pois há técnicos nos municípios elaborando parte do trabalho. Os
131 demais municípios serão concluídos no próximo ano. Ela citou ainda que a sanção de medida
132 provisória de onze de julho deste ano trouxe algumas modificações no que tange a regularização
133 fundiária e alterações para o diagnóstico socioambiental, por isso, a respectiva assessoria está
134 analisando os critérios para então finalizar o estudo. Segundo ela, há ainda um grande impasse por
135 conta do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) com relação aos novos conceitos e definições,
136 sendo este um dos motivos que está complicando a conclusão deste trabalho. Para a produção do
137 diagnóstico nos demais municípios, há o mapeamento e o levantamento das informações já
138 adiantados, e o trabalho será iniciado no próximo ano. Em seguida, a assessora falou sobre as
139 iniciativas na área de terraplanagem que estão sendo feitas aos municípios. Conforme ela, no início
140 deste ano o Grupo de Trabalho de Terraplanagem finalizou a minuta de regulamentação do tema. A
141 mesma foi encaminhada para aprovação em todos os municípios, porém, apenas Indaial e Rodeio
142 aprovaram a lei até o momento. Após, a senhorita Simone Gomes informou que o Comitê do Itajaí
143 abriu edital para a habilitação de entidade interessada em ocupar vaga no Comitê e para participar das
144 assembleias setoriais públicas. A AMMVI se habilitou para ocupar a vaga, que será representada pela

145 assessora de Saneamento e Meio Ambiente. Esta perguntou à assembleia se havia algum prefeito
146 interessado em ocupar a suplência. O senhor José Rafael Corrêa disse que o Comitê tem feito
147 importantes ações na Bacia do Rio Itajaí, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região.
148 Não havendo manifestação, o presidente José Luiz Colombi se colocou à disposição. Finalizando sua
149 exposição, a senhorita Simone Gomes informou que a AMMVI foi a entidade proponente do
150 reconhecimento do queijo Kochkäse como patrimônio imaterial junto ao Instituto do Patrimônio
151 Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Desde então, junto com a Empresa de Pesquisa Agropecuária
152 e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) e a Furb, a AMMVI vem conduzindo um grupo de
153 trabalho de regulamentação técnica para a venda do queijo. A regulamentação está praticamente
154 finalizada e seguindo os trâmites necessários, agora, o próximo passo é a aprovação da mesma como
155 legislação estadual. Para este processo, as entidades envolvidas tomaram como exemplo a aprovação
156 do Queijo Serrano artesanal que aconteceu em primeiro de setembro de dois mil e seis, através da Lei
157 nº 17.003, a qual dispõe sobre a produção e a comercialização do queijo artesanal serrano, no estado
158 de Santa Catarina. O projeto de lei foi levado à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
159 (Alesc) pelo deputado Gabriel Ribeiro. A ideia para o queijo Kochkäse é dar andamento da mesma
160 maneira e para isso é necessário verificar qual/quais deputados da região poderiam ser envolvidos. O
161 prefeito Ércio Kriek sugeriu que sejam envolvidos todos os deputados da região, tais como Jean
162 Kuhlmann, Ismael dos Santos, Serafim Venzon e Ana Paula Lima. O senhor José Rafael Corrêa
163 propôs uma reunião com tais parlamentares, prefeitos e envolvidos no projeto para dar
164 encaminhamento a este item. A assessora informou ainda que participou de audiência pública do
165 Plano Estadual de Resíduos Sólidos, em que foi feita a apresentação do diagnóstico, porém verificou-
166 se que alguns dos dados estão incorretos. Após isso, a senhora Simone Gomes já fez contato com os
167 técnicos dos municípios avisando sobre estas informações e pediu que as correções sejam enviadas à
168 empresa Premier, responsável pela elaboração do Plano. Mais informações a respeito podem ser
169 consultadas no endereço www.perssc.premiereng.com.br/perssc. O presidente disse que participou
170 de uma palestra com o promotor de justiça Paulo Antonio Locatelli sobre a nova legislação da
171 regularização fundiária e frisou que é de grande relevância os prefeitos terem compreensão do
172 assunto, já que há significativas mudanças aos municípios. Na ocasião, o promotor explicou que o
173 Ministério Público não concorda com algumas mudanças na lei e ingressará com Ação Direta de
174 Inconstitucionalidade (Adin). Progredindo em assuntos gerais, o senhor Célio Francisco Simão,
175 assessor econômico da AMMVI, apresentou aos prefeitos o Valor Adicionado (VA) de cada
176 município, o qual vai compor o índice de retorno do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e
177 Serviços (ICMS) para o próximo ano. Segundo ele, os dados ainda não estão fechados e o processo
178 de apuração entra no julgamento em segunda instância, que são recursos apresentados para comprovar
179 o VA no intuito de recuperar valores das Declarações de Informações do ICMS e Movimento
180 Econômico (Dime) e aumentar o índice de retorno de ICMS municipal para 2018. Esta fase, que
181 acontecerá em outubro, vai ser acompanhada pela AMMVI, pois existem cerca de seiscentos recursos
182 a serem julgados. Há expectativa de crescimento no movimento econômico nos municípios de
183 Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba e Rio
184 dos Cedros. O assessor econômico explicou que havia expectativa de crescimento na região da
185 AMMVI de 1% para este ano, e este índice já está em 1,32%, ou seja, representa aproximadamente
186 R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões) de ICMS a mais para o próximo ano para a região. Já no Estado,
187 a expectativa era de 10% de crescimento, mas este índice deve ficar em 7,2%. O prefeito Ercio Kriek
188 falou que, na maioria dos municípios, há pouca arrecadação de Imposto sobre Serviços (ISS) do
189 comércio e, para melhorar este cenário, sugeriu que a AMMVI promova uma campanha no Médio
190 Vale a fim de estimular que os cidadãos peçam nota fiscal. O presidente José Luiz Colombi propôs
191 ainda que a assessoria econômica comunique os prefeitos quando tiver agenda em algum município,
192 de modo que o gestor municipal possa participar das reuniões e acompanhar a discussão acerca do

193 movimento econômico junto com o secretário municipal de Administração e Finanças. O prefeito
194 José Gerson Gonçalves falou ainda sobre a lei da reforma do ISS, em que, a partir do próximo ano,
195 mais serviços passarão a ser recolhidos onde está estabelecido o tomador do serviço, como é o caso
196 das operações de cartão de crédito, arrendamento mercantil e planos de saúde. O prefeito André Luiz
197 Moser frisou que ainda há muitas dúvidas neste assunto, principalmente na forma de aferição pelos
198 fiscos municipais. Diante disso, ele sugeriu que a AMMVI capacite os servidores que atuam na gestão
199 tributária dos municípios. O secretário executivo falou que será um período de adaptação e que o
200 fisco municipal terá papel imprescindível para o bom andamento da correta cobrança do imposto. O
201 prefeito André Luiz Moser alertou ainda os demais sobre a reforma tributária proposta pelo governo
202 federal. Nela, propõe-se tirar o ISS dos municípios e passar este imposto à União. A proposta de
203 reforma tributária em discussão na Câmara dos Deputados prevê o fim de dez impostos, em que nove
204 deles – dentre eles o ISS e o ICMS – serão substituídos por um Imposto sobre Valor Agregado (IVA)
205 nacional e um deles pelo Imposto de Renda (IR). Para o prefeito, os entes municipais não podem
206 permitir isso, pois será mais um imposto direto aos municípios que será enviado à União sem a
207 garantia de devido retorno. O senhor José Rafael Corrêa salientou que a receita de ISS, em alguns
208 municípios, atualmente é maior que a do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e se tornou
209 uma significativa fonte de arrecadação própria. Avançando a reunião, o senhor José Rafael Corrêa
210 informou os prefeitos sobre o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) na área de controle interno,
211 cujo documento está sendo discutido com o MPSC, a fim de permitir que as cláusulas sejam
212 exequíveis e mudar algumas questões que ferem a autonomia dos municípios. O secretário executivo
213 convidou ainda os prefeitos a participarem do Seminário Unindo Forças, a realizar-se no dia dezoito
214 de setembro, na sede da Associação. O evento objetiva divulgar o Programa Unindo Forças e as
215 perspectivas para o fortalecimento dos controles internos das prefeituras municipais catarinenses.
216 Podem participar prefeitos, controladores internos municipais, secretários e procuradores municipais,
217 vereadores e promotores de justiça. Segundo ele, no período matutino é primordial a presença dos
218 prefeitos. O senhor José Rafael Corrêa falou ainda dos workshops realizados na Associação nos dias
219 onze e doze de setembro, em que foram voltados às áreas de patrimônio, almoxarifado, frotas,
220 licitações e contratos. Os dois eventos contaram com público superior a setenta pessoas e foram uma
221 extensão do trabalho que a AMMVI vem realizando nas respectivas áreas. O workshop de licitações
222 e contratos contou com a presença de representantes do Tribunal de Contas do Estado de Santa
223 Catarina (TCE/SC) e do MPSC, o que enriquece o debate. O presidente José Luiz Colombi ressaltou
224 que foi um importante momento para o esclarecimento de questões pontuais e ampliação do diálogo
225 com tais instituições. O prefeito Êrcio Kriek disse que, no workshop de patrimônio, almoxarifado e
226 frotas, os próprios municípios apresentaram boas experiências nestas áreas, porém, verificou-se que
227 no campo de almoxarifado a maioria dos municípios está carente. Segundo ele, é interessante que os
228 prefeitos entrem em contato com os servidores que participaram destes workshops e cobrem
229 resultados, como também busquem ampliar o conhecimento a respeito do assunto. O prefeito
230 compartilhou ainda com os demais sobre a relevância de se instituir o controle e o monitoramento da
231 frota, pois o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (Samae) de Blumenau apresentou o
232 sistema que utiliza, o que resultou na otimização dos recursos e na diminuição de custos. Além disso,
233 o monitoramento traz segurança não só à Administração Municipal, como também ao servidor
234 público que, em caso de eventual distorção sobre sua atuação, pode comprovar por meio do controle
235 da frota. O secretário executivo da AMMVI salientou que a intenção é normatizar e padronizar alguns
236 processos nas prefeituras, para facilitar algumas rotinas e aperfeiçoar a gestão municipal. Finalizando
237 a reunião, o prefeito Kleber Edson Wan-Dall compartilhou informações sobre a aplicação dos
238 recursos do Fundo para Infância e Adolescência (FIA), pois os municípios podem elaborar projetos
239 para investir os valores deste fundo. Depois da publicação da Lei nº 13.019, Gaspar, segundo o
240 prefeito, foi o primeiro município brasileiro a aprovar e aplicar recursos do FIA. As prefeituras podem

241 investir em campanhas para incentivar a população e as empresas a doarem parte dos recursos do IR
242 ao Fundo, pois é uma oportunidade de promover projetos na área social e depende da ação da
243 Administração Municipal. Por fim, nada mais havendo a tratar, o senhor presidente da AMMVI
244 encerrou a assembleia, agradecendo a presença de todos. E para constar, eu, Michele Prada, lavrei a
245 presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim, pelo senhor presidente e pelo
246 senhor secretário executivo da AMMVI.



José Luiz Colombi
Presidente
Prefeito de Botuverá



José Rafael Corrêa
Secretário Executivo



Michele Prada
Assessora de Relações Públicas

247
248